

UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DE INSTITUIÇÕES DO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO: sob a perspectiva da teoria institucional

RAYSSA CLEIDE DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA

ANDREZA RODRIGUES DE ARAÚJO

Introdução

As práticas socioambientais já fazem parte do cotidiano das empresas, e sua divulgação implica para a legitimação, formando uma estrutura seguindo os moldes da Teoria Institucional. A partir desse ensejo, através do disclosure, as empresas divulgam as informações e indicadores socioambientais utilizados, através de relatórios, onde podem constar desde informações de indicadores financeiros e não financeiros (DA COSTA CARDOSO; DE LUCA; GALLON, 2014). Nesse contexto, o relatório com maior índice de utilização mundial é o Global Reporting Initiative (GRI) (LOUREIRO, 2015).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Qual o nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro e suas características relacionadas à teoria institucional? Nessa conjuntura, tem-se como objetivo geral demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à teoria institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório GRI-G4.

Fundamentação Teórica

O surgimento dos indicadores socioambientais deu-se a partir da necessidade de ferramentas de apoio à gestão, com o intuito de operacionalizar o desenvolvimento sustentável (GUEVARA, 2009). Estas ferramentas facilitam a avaliação, através da mensuração e comparação do grau de sustentabilidade e o seu crescimento econômico. Bellen (2007) afirma que, os indicadores têm a função de simplificar as informações sobre acontecimentos complexos, com o intuito de aperfeiçoar o processo de comunicação.

Metodologia

Para tanto, foram analisados 22 relatórios de sustentabilidade padrão GRI-G4 de 9 empresas de capital aberto do setor financeiro. Como método de análise, utilizou-se de estatística descritiva para calcular o nível de evidenciação dos indicadores.

Análise dos Resultados

A partir dos resultados é possível identificar um aumento na divulgação dos relatórios com padrão GRI-G4, no ano de 2015. Assim como, pode-se evidenciar uma sobressaída das dimensões social e econômica diante a ambiental, tendo médias semelhantes, o Banco do Brasil destacou-se entre os demais, adotando mais indicadores e adesão às propostas do GRI-G4.

Conclusão

Conclui-se que as empresas possuem em sua grande maioria um nível alto de evidenciação, o que implica reforçar que as instituições financeiras estão em busca do desenvolvimento da imagem e dos seus processos, tornando-as mais competitivas no mercado.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, H. J. L. de; NASCIMENTO JÚNIOR, E. R. do; COSTA, A. de J. B. Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: análise das instituições financeiras integrantes do índice de sustentabilidade empresarial. 2017. ALMEIDA, T. A; DA SILVA, J D; OLIVEIRA, M. C. Responsabilidade social corporativa e a influência de aspectos do ambiente institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. Revista Universo Contábil, v. 11, n. 4, p. 44-62, 2016.

Palavras Chave

Socioambiental, Divulgação, Teoria Institucional

UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DE INSTITUIÇÕES DO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO: sob a perspectiva da teoria institucional

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas voltadas para o socioambiental vêm tornando-se crescentes, isto se dá devido ao grande envolvimento da sociedade e do meio empresarial em torno dessas questões. O socioambiental deixou de ser responsabilidade apenas do governo e voltou-se para o âmbito empresarial, onde se viu uma oportunidade de geração de valor, impactando diretamente nos resultados positivos da empresa (ORELLANO; QUIOTA, 2011).

A partir desse ensejo, através do *disclosure*, as empresas divulgam as informações e indicadores socioambientais utilizados, através de relatórios, onde podem constar desde informações de indicadores financeiros e não financeiros (DA COSTA CARDOSO; DE LUCA; GALLON, 2014). Nesse contexto, o relatório com maior índice de utilização mundial é o *Global Reporting Initiative (GRI)* (LOUREIRO, 2015).

O *GRI* é um relatório desenvolvido com o intuito de demonstrar para os *stakeholders* e *shareholders* quais ações socioambientais vem sendo adotadas, seguindo o modelo *triple bottom line*, desse modo, aborda os impactos econômicos, ambientais e sociais das empresas. Como critério de organização o *GRI* apresenta uma estrutura de publicação, que deve garantir qualidade e veracidade nas informações, tendo periodicidade nas divulgações, sendo assim, pode ser comparado com relatórios já publicados (GRI, 2011; GARCIA *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, as práticas socioambientais adotadas pelas empresas precisam ser legitimadas pelas partes interessadas, o que impacta no desenvolvimento ao longo do tempo das organizações. A Teoria Institucional traz uma abordagem de estruturação das empresas, sendo construída por moldes sociais, sendo assim, as práticas socioambientais utilizadas fazem parte como uma dessas estruturas em vias de institucionalização, a priori, tais divulgações dessas ações socioambientais através de relatórios tornam-se viável nesse processo de legitimação (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

A evidenciação de informações socioambientais tem se tornado um fator benéfico nas organizações, gerando o aumento de *disclosure* socioambiental, e conseqüentemente à percepção em torno da sua credibilidade como entidade responsável, o que vem gerando inúmeras pesquisas na área (SAMPAIO *et al.*, 2012).

Diante desse cenário, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro e suas características relacionadas à teoria institucional?** Nessa conjuntura, tem-se como objetivo geral demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à teoria institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório *GRI-G4*. Por instituições financeiras brasileiras compreendem-se todas as instituições que atuam no Brasil divulgando as informações contábeis, a despeito de ter sociedade estrangeira (ANTUNES; MILANI FILHO; CONDINI, 2010).

Ademais, além deste item introdutório, o artigo estrutura-se da seguinte forma: referencial teórico abordando três tópicos, sendo respectivamente, Indicadores de desempenho socioambiental, Teoria institucional e Instituições financeiras brasileiras e as Divulgações de

relatórios socioambientais. Em seguida são apresentados os aspectos metodológicos, a análise dos resultados, e por fim, apresentam-se as considerações finais com sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

O surgimento dos indicadores socioambientais deu-se a partir da necessidade de ferramentas de apoio à gestão, com o intuito de operacionalizar o desenvolvimento sustentável (GUEVARA, 2009). Estas ferramentas facilitam a avaliação, através da mensuração e comparação do grau de sustentabilidade e o seu crescimento econômico. Bellen (2007) afirma que, os indicadores têm a função de simplificar as informações sobre acontecimentos complexos, com o intuito de aperfeiçoar o processo de comunicação.

Gallopín (1996) destaca que, os indicadores de desenvolvimento sustentável devem atender alguns requisitos universais, como serem passíveis de mensuração, obterem a disponibilização de dados, dispor de uma metodologia coerente, estabelecer a coleta e análise de dados, dispor de disponibilidade financeira para a conclusão do trabalho, além de garantirem a credibilidade perante seus tomadores de decisões. Nesse aspecto, os indicadores de desenvolvimento sustentável são constituídos, por informações voltadas às inúmeras dimensões sustentáveis, sendo elas: social, ambiental, econômica e institucional (LIMA, 2004).

Através desses indicadores é possível julgar o tipo de comportamento social empresarial com os *stakeholders*, tornando-os um meio de comunicação direto com as partes interessadas (RABELO; SILVA, 2011; DE ALMEIDA; CALLADO, 2017). Desse modo, esta pesquisa irá investigar os indicadores econômicos, sociais e ambientais das empresas. Os indicadores econômicos abordam os impactos da instituição levando em consideração os aspectos econômicos dos *stakeholders* e o sistema econômico local, nacional e global (DI DOMENICO; TORMEM; MAZZIONI, 2017).

No que tange aos indicadores sociais, é um indicador que está relacionado diretamente com a relação da empresa com os seus *stakeholders*, ou seja, no atendimento dos interesses dos mesmos. Como a pesquisa trata de empresas do setor financeiro brasileiro, tende a ter uma lacuna nesse fator, já que está situado na América Latina, país em desenvolvimento, o que torna os aspectos sociais ainda mais difíceis de serem atendidos, uma vez que tais instituições financeiras tem o dilema de buscar a inserção da população pobre no sistema financeiro (BORBA, 2012).

Já os indicadores ambientais devem mensurar vários aspectos críticos, que precisam ser classificados de acordo com o uso dos recursos e impactos ao meio ambiente (TANNURI *et al.*, 2013). Tendo em vista, que as empresas necessitam informar em seus indicadores ambientais sobre questões como: Consumo de Materiais, Consumo de Energia, Consumo de água, Biodiversidade e uso da terra, Emissões e poluentes e Resíduos (UNCTAD, 2004; TANZIL; BELOFF, 2006; GRI, 2006).

Nesse aspecto, outro ponto importante a ser destacado é que as empresas operam em setores de mercados diferentes, sendo necessário que haja as informações relacionadas a cada setor de atuação (TANNURI *et al.*, 2013). Como a presente pesquisa irá abordar o setor de empresas financeiras, o *GRI* (2010) traz as principais informações que devem conter nos indicadores ambientais para o respectivo setor: Empréstimo responsável ao consumidor, empréstimo corporativo responsável, microfinanças, seguro ambiental, investimento socioambiental, educação financeira.

Em suma, os indicadores socioambientais serão analisados através dos relatórios GRI de empresas do setor financeiro brasileiro, tendo um padrão global que é possível identificar,

mensurar e demonstrar as ações socioambientais utilizadas, o que torna indispensável para o planejamento, comparação e fechamento de negociações futuras (LEITE FILHO; PRATES; GUIMARÃES, 2009).

2.2 TEORIA INSTITUCIONAL

A teoria institucional é definida como o desfecho da convergência de influências de corpos teóricos oriundos da ciência política, da economia e da sociologia que procuram unir suas propostas a doutrinas de entidades e modelos, condutas, princípios, crenças e de suposições, nos quais acham, turmas e instituições (MACHADO-DA-SILVA E GONÇALVES, 1999). Hodgson (2000) da continuidade ao pensamento supracitado que, o institucionalismo está ligado às organizações, costumes, princípios e seu desenvolvimento. Com isso, busca compreender o porquê que as instituições seguem direções de comportamento similares e não distintos.

Brenner e Scott (2007) afirmam que, a Teoria Institucional reflete as mudanças vividas nos anos 60 pelas empresas. Baseado nisso, está relevância que dá ao vínculo entre instituições e o ambiente e a índole limitativa que atribui á abordagem racional e instrumental. Ribeiro (2007) alega que, a Teoria Institucional verifica a interferência do meio institucional, na qual, as entidades estão introduzidas, acerca dos comportamentos adotados por eles, com ênfase para as pressões que recebe do seu meio envolvente. De acordo com Macagnan (2013), a Teoria Institucional auxilia o nascimento de várias teorias diferentes de áreas do conhecimento.

Frezatti *et al.* (2009) conceitua que, a Teoria Institucional é formada por um conjunto de levantamentos teóricos decorrentes da sociologia, economia e ciência política. Incluindo as constantes mais conhecidas como, Nova Economia Institucional (*New Institutional Economics - NIE*), Nova Sociologia Institucional (*New Institutional Sociology - NIS*) e Velha Economia Institucional (*Old Institutional Economics - OIE*). Em que Scapens (2006) aborda de forma eficiente sobre a origem destes três tipos de Teoria Institucional.

A Nova Economia Institucional dar-se a partir das estruturas utilizadas para operações, seguindo de racionalidade limitada e oportunismo, com o intuito de esclarecer o método como as operações são reguladas e porque as firmas possuem estruturas hierárquicas. A Velha Economia Institucional começa a partir de uma desaprovação do núcleo econômico neoclássico e procura esclarecer a atuação de agentes econômicos, a partir de diretrizes, costumes e organizações. A Nova Sociologia Institucional dá início questionando porque as instituições são semelhantes e quais são as influências e normas que moldam as entidades (SCAPENS, 2006).

Guerreiro *et al.* (2005) aborda que, mesmo que estas teorias tenham diferentes origens e inúmeras raízes filosóficas, elas partilham algo em comum, o interesse pelos temas de instituição e mudanças institucionais.

2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS E AS DIVULGAÇÕES DE RELATÓRIOS SOCIOAMBIENTAIS

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma instituição da Holanda, sem fins lucrativos, com o intuito de desenvolver e divulgar as instruções para a produção de relatórios de sustentabilidade corporativa, a serem utilizados e publicados de forma voluntária por empresas de todo o mundo (GRI, 2010). A *GRI* é considerada um dos maiores esforços para fortalecer várias iniciativas existentes para chegar a um entendimento sobre a avaliação sustentável empresarial (OLIVEIRA *et al.*, 2009; BASSETTO, 2010).

Para Gonzalez (2007), o modelo tem uma grande complexidade, e o seu tempo de construção, de análise e contextualização momentoso. O autor ainda relata que, as empresas que adotam o relatório da *GRI* deverão formar um grupo de trabalho fundamentado e possuir tempo. Segundo Almeida, Nascimento Junior e Costa (2017), de acordo com a *GRI*, uma economia global sustentável é aquela onde as instituições podem mensurar seus desempenhos e impacto econômicos, ambientais e sociais de forma transparente e responsável, com o intuito de um efeito positivo em suas relações com os stakeholders, em decisões sobre investimentos e relações do mercado.

A *GRI* tem o propósito de atender as necessidades, propondo uma estrutura confiável para a criação dos relatórios de sustentabilidade (ALMEIDA, NASCIMENTO JUNIOR E COSTA, 2017). O documento que serve de guia para criação dos relatórios sociais, nomeado como “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade” da *GRI*, é conhecido como referência mundial (CARVALHO & SIQUEIRA, 2007; ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL, 2012).

Os indicadores ambientais apresentam as normas organizacionais com o propósito de minimizar os impactos causados ao meio ambiente. Esses indicadores relacionam-se ao uso de recursos naturais constatado em valores monetários e total de quantidade ou consumo, levando em consideração também as iniciativas de gerenciamento ambiental, os impactos significativos relacionados ao setor de atividade e os respectivos atos de minimização (GASPARINI, 2003).

O desenvolvimento no setor bancário na sustentabilidade se dar através da pressão dos órgãos ambientais, pois embora que as atividades bancárias não gerem um grande impacto ambiental, ela financia os maiores agentes que causam o impacto socioambiental (MATTAROZZI ET AL, 2008). Segundo Infante *et al.* (2010), houve um caso em junho de 2003, quando os dez maiores bancos mundiais formaram os Princípios do Equador, que é composto por critérios socioambientais de adesão voluntária por instituições financeiras, de forma mundial, com referências nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da *International Finance Corporation (IFC)* e nas Diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança do banco mundial, que precisam ser aderidos em análises de produtos financeiros de grande porte, para dar apoio a um novo projeto de investimento.

A FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, em 2010, iniciou com o apoio da GV/Ces, a Matriz de Indicadores do Protocolo Verde, possuindo 11 indicadores e 56 questões, e adotou o Índice de Indicadores da *GRI* para seu próprio Relatório Anual (FEBRABAN, 2011). Para tal iniciativa o órgão possui uma comissão representada por 29 bancos parceiros. Existe também a Comissão Intrasetorial de Sustentabilidade que se reúne regularmente para posicionamento das ações do Sistema Financeiro Nacional, participam desta Comissão a ABRAPP, ANBIMA, B3, CNSeg e FEBRABAN. Nesse aspecto, todos os trabalhos desenvolvidos nestes últimos anos, estão disponíveis em Estudos em Sustentabilidade e tem o intuito de aumentar a contribuição do Sistema Bancário Brasileiro no processo de transição para uma Economia Verde e inclusiva, descobrindo oportunidades e encontrando soluções para os desafios encontrados no campo socioambiental (FEBRABAN, 2021).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como descritiva, documental e bibliográfica utilizando-se de aspectos quantitativos para a sua análise, como descreve Raupp e Beuren (2006). Para tal, a parte documental foi elaborada por meio de relatórios de sustentabilidade padrão *GRI*, que foram obtidos tanto no banco de dados do site, como nos sites das próprias instituições financeiras.

O período de recorte temporal utilizado na busca dos dados foi de 2014 a 2016, estando de acordo com as diretrizes para relatórios de sustentabilidade (*GRI-G4*), os anos subsequentes não foram incluídos, pelo fato de que a partir de 2017 as diretrizes sofreram mudanças para a versão *GRI Standards 2016*.

Para compor a amostra desse estudo, foram selecionadas empresas do setor financeiro (bancário) de capital aberto cadastradas na Bolsa de Valores B3 que publicam relatórios de sustentabilidade padrão *GRI-G4*. Após a coleta, foi encontrada uma amostra de 9 empresas, assim como, um total de 22 relatórios de sustentabilidade, sendo respectivamente, 2014 (6), 2015 (8) e 2016 (8).

O modelo *GRI-G4* é composto por 91 indicadores, que se agrupam entre as dimensões econômica, ambiental e social. Para a referida pesquisa, como demonstra o Quadro 1, foram analisados 70 indicadores, tendo a seguinte distribuição, 9 indicadores econômicos, 34 indicadores ambientais e 27 indicadores sociais, é importante ressaltar que na dimensão social foram utilizados apenas os indicadores relacionados às Práticas trabalhistas e trabalho decente e Sociedade.

Para a análise dos resultados, na última coluna do Quadro 1, foi utilizada a metodologia de Parente et. al., (2014), denominada Pontuação Máxima Possível, no momento da identificação dos indicadores em cada relatório, adotou-se a seguinte pontuação, deu-se “0” para o indicador não evidenciado, o valor “1” para a evidenciação parcial e o valor “2” para a evidenciação total.

Quadro 1- Identificação dos indicadores ambientais e sociais analisados

| Indicador | Aspecto | Quantidade de Indicadores | Pontuação Máxima Possível |
|------------------|-------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Econômico | Desempenho Econômico | 4 | 24 |
| | Presença no Mercado | 2 | 13 |
| | Impactos Econômicos Indiretos | 2 | 32 |
| | Práticas de Compra | 1 | 22 |
| Ambiental | Materiais | 2 | 17 |
| | Energia | 5 | 18 |
| | Água | 3 | 11 |
| | Biodiversidade | 4 | 1 |
| | Emissões | 7 | 17 |
| | Efluentes e Resíduos | 5 | 16 |
| | Produtos e Serviços | 2 | 11 |
| | Conformidade | 1 | 18 |
| | Transportes | 1 | 18 |
| | Geral | 1 | 14 |
| | Avaliação Ambiental de Fornecedores | 2 | 27 |

| | | | |
|--|--|-----------|------------|
| | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais | 1 | 8 |
| Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (Social) | Emprego | 3 | 27 |
| | Relações Trabalhistas | 1 | 14 |
| | Saúde e Segurança no Trabalho | 4 | 19 |
| | Treinamento e Educação | 3 | 37 |
| | Diversidade e Igualdade de Oportunidades | 1 | 23 |
| | Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres | 1 | 22 |
| | Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas | 2 | 22 |
| | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas | 1 | 23 |
| Sociedade (Social) | Comunidades Locais | 2 | 20 |
| | Combate à Corrupção | 3 | 23 |
| | Políticas Públicas | 1 | 21 |
| | Concorrência Desleal | 1 | 6 |
| | Conformidade | 1 | 17 |
| | Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade | 2 | 15 |
| | Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade | 1 | 6 |
| Total Geral | | 70 | 562 |

Fonte: Baseada na pesquisa dos autores De Almeida e Callado (2017), nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI-G4 e Parente *et al.* (2014).

Desse modo, a pontuação de cada empresa foi definida por meio da razão entre a pontuação obtida pela empresa e a pontuação máxima possível. Os dados foram agrupados no software Excel® e posteriormente tabulados no SPSS® Versão 21. Ademais, para determinar o nível de *disclosure* dos aspectos, mediu-se a média dos indicadores referente a cada aspecto; para a mensuração do nível de *disclosure* das dimensões, mediu-se a média dos aspectos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à teoria institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório *GRI-G4*. Esta seção traz os resultados obtidos conforme a metodologia descrita.

A Tabela 1 traz as estatísticas descritivas, analisadas por ano, levando em consideração as dimensões econômica, ambiental e social (Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente e Sociedade).

Tabela 1- Estatísticas descritivas das dimensões analisadas

| Período | Nº de Relatórios de Sustentabilidade | Estatística descritiva | Dimensões (Econômica, Ambiental e Social) |
|---------|--------------------------------------|------------------------|---|
| 2014 | 6 | Média | 0,5033 |
| | | Desvio Padrão | 0,2776 |
| | | Máximo | 0,8000 |
| | | Mínimo | 0,2500 |
| 2015 | 8 | Média | 0,6933 |

| | | | |
|------|---|---------------|--------|
| | | Desvio Padrão | 0,4126 |
| | | Máximo | 1,1300 |
| | | Mínimo | 0,3100 |
| 2016 | 8 | Média | 0,6767 |
| | | Desvio Padrão | 0,3353 |
| | | Máximo | 1,0200 |
| | | Mínimo | 0,3500 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme descrito na Tabela 1, percebeu-se um aumento na divulgação dos relatórios com padrão *GRI-G4*, tendo em vista que, no ano de 2014 apenas 6 relatórios foram publicados e nos anos seguintes 2015 e 2016 apresentaram um total de 8 relatórios cada. Essa ascensão também pode ser vista nos resultados das médias das três dimensões que possuem um nível de *disclosure* acima de 50%, 2014 (50,33%), 2015 (69,33) e 2016 (67,67%), onde o pico mais alto foi no ano de 2015. Tais níveis acima da média de evidenciação estão atrelados ao fato das instituições estarem buscando cada vez mais demonstrar uma relação mais próxima com o socioambiental, buscando alternativas que minimizem os efeitos causados por elas próprias no meio que estão inseridas e consequentemente construindo uma relação mais forte com os seus *stakeholders* (SILVA; GONÇALVES; MORAES, 2015). A própria Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) divulga relatórios com padrão *GRI* desde o ano de 2009, o que equivale a mais de dez anos de divulgação, com o intuito de consolidar a imagem e o posicionamento do sistema financeiro para o cumprimento do desenvolvimento sustentável do País (FEBRABAN, 2015).

Analisando-se a Tabela 2, têm-se os resultados das médias por dimensão, como pode ser visto, a dimensão social e econômica tiveram destaque sob a ambiental com médias próximas, 57% e 51% respectivamente, tendo destaque nos indicadores sociais, assim como foi observado em Antunes, Milani Filho e Condini (2010) e Nogueira e Faria (2012), apesar da pesquisa de Antunes, Milani Filho e Condini (2010) apresentar informações sobre essa dimensão durante o período de 2007 a 2009, assim como Nogueira e Faria (2012) ter sido apenas do ano de 2009, demonstra que tais indicadores possuem uma tendência de evidenciação pelas instituições financeiras.

Tabela 2- Nível de *disclosure* das dimensões do *GRI*

| Período | Nº de Relatórios de Sustentabilidade | Estatística descritiva | Dimensão Econômica | Dimensão Ambiental | Dimensão Social |
|-------------------------|--------------------------------------|------------------------|--------------------|--------------------|-----------------|
| 2014 | 6 | Média | 0,15 | 0,29 | 0,48 |
| 2015 | 8 | Média | 1,18 | 0,38 | 0,64 |
| 2016 | 8 | Média | 0,20 | 0,39 | 0,59 |
| Média do período | | | 0,51 | 0,35 | 0,57 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse aspecto, a pesquisa demonstra ainda que, duas instituições apresentaram índices sociais elevados de divulgação, sendo elas: Banco do Brasil e Banco Bradesco, resultado que se assemelha ao de Schwach et al. (2014). A pesquisa ainda indica que os indicadores ambientais apresentaram uma média baixa, 33%, ao se analisar os aspectos dos indicadores ambientais, sendo identificado que o aspecto Biodiversidade ocasionou esse resultado, já que foi evidenciado apenas por um banco no período de 2015. É importante ressaltar que empresas dos setores bancário possuem há mais tempo adesão aos relatórios padrões de *GRI*, tendo também maior comprometimento com as diretrizes, além de possuir ações listadas no novo mercado, implicando na segurança quanto ao atendimento da governança corporativa e

tornando-se mais reconhecidas pelos os investidores do mercado de capitais (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

A Tabela 3 reforça que no ano de 2015 teve maior *disclosure* dos indicadores com um percentual de 2,97%, observa-se também que com relação aos indicadores em geral a pesquisa demonstra alto nível de evidenciação em todos os períodos, sendo considerado algo positivo diante a quantidade de indicadores existentes. Dentre os aspectos referentes aos indicadores, o que mais teve destaque dentre os períodos analisados foi o de Treinamento e Educação (Dimensão Social), o que mostra a preocupação das instituições com ferramentas de gestão que impactam no desenvolvimento da carreira dos seus colaboradores.

Tabela 3- Nível de *disclosure* dos indicadores *GRI*

| Período | Nº de Indicadores <i>GRI</i> | Média |
|-------------------------|------------------------------|-------------|
| 2014 | 70 | 2,16 |
| 2015 | 70 | 2,97 |
| 2016 | 70 | 2,90 |
| Média do período | | 2,68 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Por fim, os resultados dispostos no Quadro 2 apresentam a pontuação geral de cada instituição financeira com base nos cálculos da pontuação máxima utilizada por Parente et al. (2014).

Quadro 2- Quantitativo de evidenciação das instituições financeiras, separado por ano

| ANO | EMPRESAS LISTADAS | | | | | | | | TOTAL |
|--------------|-------------------|-----------------|--------------|-----------|---------------|-----------|--------------------|--------------|------------|
| | BCO DO BRASIL | BCO DO NORDESTE | BCO BRADESCO | BCO ITAÚ | BCO SANTANDER | BCO PINE | BCO ESTADO DO PARA | BCO AMAZONAS | |
| 2014 | 44 | 15 | 0 | 32 | 28 | 12 | 0 | 20 | 151 |
| 2015 | 44 | 16 | 21 | 36 | 28 | 12 | 27 | 24 | 208 |
| 2016 | 52 | 17 | 37 | 1 | 19 | 13 | 42 | 22 | 203 |
| TOTAL | 140 | 48 | 58 | 69 | 75 | 37 | 69 | 66 | 562 |

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, o Banco do Brasil é a instituição financeira que mais se destacou com uma pontuação de 140, apresentando em seu relatório uma evidenciação maior dos indicadores, como também maior aderência as propostas do *GRI-G4*, tal resultado é congruente com as pesquisas de Schwach *et al.* (2014) e Melo (2019). Logo em seguida, têm-se os bancos Santander (75), Itaú (69) e Estado do Pará (69), é possível identificar que apenas dois bancos apresentaram pontuação abaixo de 50, o Banco Pine (37) e Banco do Nordeste (48), respectivamente. Essa alta evidenciação por parte das instituições é condizente com a premissa de que organizações do mesmo setor de atuação apresentam práticas semelhantes pelo fato de pertencerem ao mesmo ambiente institucional e por vivenciarem os mesmos tipos de pressões legais, socioambientais e legislações voltadas ao socioambiental (ALMEIDA; DA SILVA; OLIVEIRA, 2016). Ademais, as divulgações de relatórios socioambientais padrão *GRI* por parte das instituições financeiras supracitadas pode ser considerado com uma estruturação ou padrão ideal como método para legitimação (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visa elucidar, mediante objetivo geral demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à teoria institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório GRI-G4. Conforme os resultados encontrados, é possível perceber um aumento maior na divulgação dos relatórios com padrão GRI-G4, no ano de 2015. Com o intuito das instituições mostrarem um vínculo mais próximo com o socioambiental, buscando possibilidades que diminuam os efeitos causados por elas próprias e construir uma relação mais forte com os seus *stakeholders*.

Com base no nível de *disclosure* as dimensões social e econômica obtiveram um destaque sob a ambiental com médias próximas respectivamente, 57% e 51%. Os indicadores sociais foram mais citados no banco do Brasil e no banco Bradesco, com um nível de elevação maior do que os demais pesquisados. De acordo com o nível de *disclosure* dos indicadores GRI, o ano de 2015 apresentou um percentual alto de 2,97%, e em relação à quantidade de indicadores existentes os resultados foram considerados positivos. Houve destaque, no aspecto referente aos indicadores, Treinamento e Educação (Dimensão Social), ou seja, isso mostra que as instituições se preocupam com as ferramentas utilizadas por seus gestores para alavancar suas carreiras. Diante dos fatos, a instituição financeira que mais se destacou, em relação aos seus relatórios com maiores indicadores e adesão as propostas do GRI-G4, foi o Banco do Brasil.

Diante ao exposto, todos os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. Para futuras pesquisas, sugerem-se estudos comparativos do nível de evidenciação de indicadores socioambientais de outros segmentos, sendo empresas nacionais ou internacionais, além de abranger um tempo maior entre os anos selecionados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. J. L. de; NASCIMENTO JÚNIOR, E. R. do; COSTA, A. de J. B. **Práticas de sustentabilidade corporativa no Brasil: análise das instituições financeiras integrantes do índice de sustentabilidade empresarial.** 2017.

ALMEIDA, T. A; DA SILVA, J D; OLIVEIRA, M. C. Responsabilidade social corporativa e a influência de aspectos do ambiente institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 4, p. 44-62, 2016.

ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL. **Mais de 800 empresas brasileiras e suas boas práticas em gestão ambiental.** imp. IBEP gráfica, São Paulo. p.273, 2012.

ANTUNES, M. T. P; MILANI FILHO, M. A. F; CONDINI, P. H. Indicadores de sustentabilidade de instituições financeiras: uma análise evolutiva da evidenciação voluntária baseada no relatório GRI. **In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.** 2010.

BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia-COPEL. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010.

BELLEN, H.M.V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: **Atlas**, p. 76-97, 2006.

BRENNER, S; SCOTT, R. The mathematical theory of finite element methods. **Springer Science & Business Media**, 2007.

BORBA, P. da R. F. Relação entre desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina. 2012. **Tese de Doutorado.** Universidade de São Paulo.

CARVALHO, F. M., SIQUEIRA, J. R. M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, p. 14-22, 2007.

DA COSTA CARDOSO, V. I; DE LUCA, M. M. M; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 17, n. 2, 2014.

DE ALMEIDA, K. K. N; CALLADO, A. L. C. Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da Teoria Institucional. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 222-239, 2017.

DI DOMENICO, D; TORMEM, L; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. Bancos e Desenvolvimento Sustentável. Julho de 2011. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/p5a_52gt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtg33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustent%20E1vel%20-%20julho%202011.pdf> Acesso em 10 de Fev. de 2021.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. Bancos e Desenvolvimento Sustentável. Fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://relatorioanual.febraban.org.br/pt/01.htm>> Acesso em 07 de Fev. de 2021.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. Bancos e Desenvolvimento Sustentável. Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://febraban.org.br/pagina/3059/37/pt-br/responsabilidade-socioambiental>> Acesso em 10 de Fev. de 2021.

FREZATTI, F; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. Desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade Gerencial: as restrições da abordagem monoparadigmática de Zimmerman. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 49, p. 6-24, 2009.

GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. **Environmental modeling & assessment**, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.

GARCIA, S. et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015.

GASPARINI, L. V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável. **Dissertação** – Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 221, 2003.

GUERREIRO, R. et al. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da teoria institucional. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005.

GUEVARA, A. J.de H. et al. **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – Versão 3.0**, 2006.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Conjunto de Protocolos de Indicadores de Meio Ambiente, versão GRI G3**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 29 de Jan. de 2021.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – **GRI. Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>>. Acesso em: 29 de Jan. de 2021.

HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics?. **Journal of economic issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

INFANTE, C. E. et al. A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros e Internacionais. INGEPRO-Inovação, **Gestão e Produção**, v. 2, n. 11, p. 038-047, 2010.

LEITE FILHO, G. A; PRATES, L. A; GUIMARÃES, T. N. Análise os níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009.

LIMA, L. H. **Contabilidade ambiental** – avanços internacionais e atraso no Brasil. Anais do I Congresso Acadêmico sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro, FGV, Rio de Janeiro, 2004.

LOUREIRO, D. Q. Estudo comparativo entre a evidenciação de indicadores socioambientais e o desempenho nas companhias latino-americanas de capital aberto. **(Dissertação)**- Universidade Federal do Ceará- UFC. 2015.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. **Nota técnica:** a teoria institucional. Handbook de estudos organizacionais, v. 1, p. 211-242, 1999.

MACAGNAN, C. B. TEORÍA INSTITUCIONAL: ESCRITO TEÓRICO SOBRE LOS PROTAGONISTAS DE LA ESCUELA INSTITUCIONALISTA DE ECONOMÍA (Institutional Theory: A Review of the Main Representatives of the Institutionalist School of Economics). **BASE–Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013.

MATTAROZZI, Victorio. **Sustentabilidade no setor financeiro:** gerando valor e novos negócios. Editora Senac São Paulo, 2019.

MELO, G. E. de A. **Avaliação da relação entre evidenciação das práticas ambientais e sociais no desempenho financeiro de empresas do setor bancário.** 2019.

NOGUEIRA, E. P; DE FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, 2012.

OLIVEIRA, M. C. et al. Disclosure of social information by Brazilian companies according to United Nations indicators of corporate social responsibility. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 51, p. 116-132, 2009.

OLIVEIRA, M. de A. S. et al. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014.

OLIVEIRA, M. C. et al. Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da teoria institucional. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 1, p. 2-26, 2013.

ORELLANO, V. I. F; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 471-484, 2011.

PARENTE, P. H. N; MOTA et al. Teoria Institucional e Disclosure de Sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE –Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba. v. 13, n. 3, p. 889-918, set/dez 2014.

SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.

SCAPENS, R. W. Understanding management accounting practices: A personal journey. **The British Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 1-30, 2006.

SCHWACH, R. G. et al. A aderência dos relatórios de sustentabilidade das instituições financeiras ao modelo GRI. Augusto Guzzo **Revista Acadêmica**, n. 14, p. 183-201, 2014.

SILVA, G. D. d; GONÇALVES, M. N; MORAES, R. de O. **Global Reporting Initiative (GRI):** uma análise da adesão as diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade. 2015.

RABELO, N. de S; SILVA, C. E. MODELOS DE INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 2, n. 1, 2011.

RIBEIRO, V. La gestion medioambiental en las Entidades Públicas Locales Portuguesas. Una Perspetiva Contable. **Tese de Doutoramento**. Universidad de Santiago de Compostela. España, 2007.

TANNURI, G. et al. **Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade:** uma análise à luz de atributos de qualidade. 2013.

TANZIL, D; BELOFF, B. R. Assessing impacts: Overview on sustainability indicators and metrics. **Environmental Quality Management**, v. 15, n. 4, p. 41–56, 2006.

United Nations Conference of Trade and Development (UNCTAD). **A Manual for the Preparers and Users of Eco-efficiency Indicators**. New York e Geneva, 2004.